

# Desmobilização deve terminar a 15 de Agosto

— recomenda Conselho de Segurança

O Conselho de Segurança da ONU pediu ontem ao Governo moçambicano e à Renamo para terminarem a des-mobilização de todas as suas forças até 15 de Agosto, para que as eleições possam realizar-se em Outubro.

Numa declaração adoptada por consenso, o Conselho de Segurança sublinha que «não é possível atrasar

## FPR forma executivo no Ruanda

Consumada a vitória da Frente Patriótica Ruandesa, um novo Governo, liderado por Faustin Twagiramungu, prestou ontem juramento em Kigali, numa cerimónia em que igualmente tomou posse o Presidente da República, Pasteur Bizimungu.

Tanto o novo Chefe do Governo como o Presidente da República são membros moderados da etnia maioritária hutu, mas enquanto o Chefe de Estado, Pasteur Bizimungu é um alto responsável da FPR e foi escolhido para o cargo, no domingo, numa reunião do comité central da frente (na sua maioria constituída por membros da etnia minoritária tutsi), Faustin Twagiramungu foi designado como Primeiro-Ministro de um Governo de transição de base alargada saído dos acordos assinados em Agosto de 1993 em Arusha, Tanzania. Twagiramungu é presidente do principal movimento hutu da oposição ao regime de Juvenal Habyarimana (morto num suspeito acidente aéreo a 6 de Abril), o Movimento Democrático Republicano (MDR).

O novo Governo ruandês comporta 17 ministros, oito dos quais são membros da FPR.

ainda mais a desmobilização» dos soldados e a constituição das novas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

O documento reafirma a importância que o Conselho atribui a que as eleições se realizem, como previsto a 27 e 28 de Outubro e sublinha «a necessidade de tomar as decisões definitivas suplementares a este respeito».

O Conselho «conta com que as partes continuarão a cooperar com a Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) e entre elas, para garantirem a aplicação integral e em tempo útil do acordo» de paz, assinado a 4 de Outubro de 1992 em Roma.

De forma a assegurar a realização das eleições, «é necessário que a administração civil se estenda a todo o território», acrescenta a declaração.

O Conselho exprimiu ainda a sua intenção de aprovar os resultados das eleições «desde que a ONU lhe dê conhecimento de que foram livres e justas».

Uma missão do Conselho de Segurança deverá deslocar-se a Moçambique «no momento apropriado», com o objectivo de examinar com as partes «as melhores formas de conseguir que o acordo de paz seja aplicado integralmente e em tempo útil, e que as eleições se realizem nas datas previstas».

A declaração foi lida em sessão formal pelo Presidente em exercício do Conselho de Segurança, o paquistanês Jamsheed Marker, na ausência de um dos 15 membros deste órgão, o embaixador do Ruanda junto da ONU, Jean Bizimane, que havia anunciado anteriormente a sua decisão de não participar nos trabalhos do Conselho.

— (LUSA)